



## Problemas Escolares e a Articulação entre Psicologia e Educação no Contexto Neoliberal

Andréia Alves de Castro <sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo trata da interface psicologia e educação dentro do contexto neoliberal. Pretende-se contextualizar a articulação entre psicologia e educação dentro do movimento escolanovista e analisar a relação dessa interface com o contexto neoliberal e as práticas educativas. Para tanto, a discussão será feita a partir da revisão de textos que versam sobre a articulação Psicologia e Educação. Observou-se que a proposta de educação calcada no ideário neoliberal e no movimento Escola Nova não produziu nada novo para a classe trabalhadora, uma vez que tal modelo naturaliza as desigualdades sociais presentes na escola brasileira e mantém a divisão de classes característica da sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Psicologia; Educação; Neoliberalismo.

### Abstract

This article discusses about the interface between psychology and education within the neoliberal context. It is intended to contextualize the articulation between psychology and education within the Escola Nova movement and to analyze the relationship of this interface with the neoliberal context and educational practices. Therefore, the discussion will be based on the review of texts that deal with the articulation of Psychology and Education. It was observed that the education proposal based on neoliberal ideology and on the Escola Nova movement did not produce anything new for the working class, because this model naturalizes the social inequalities present in the Brazilian school and maintains the class division characteristic of capitalist society.

**Keywords:** Psychology; Education; Neoliberalism.

<sup>1</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Psicanálise pelo Instituto Nacional de Cursos. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: psi.andreiaalves@gmail.com

Atualmente, os campos da psicologia e da educação apresentam sua interface tanto nas disciplinas ministradas nas universidades (em cursos de psicologia, pedagogia e licenciaturas em geral), como nas pesquisas *stricto sensu* e também na atuação dos profissionais de psicologia nas instituições de ensino.

Essa interface teve seu início no século XX com a necessidade no campo da educação de tornar suas práticas mais

“científicas”, de modo que passou a utilizar métodos da psicologia para compreender os problemas com os quais se deparavam nas escolas (Motta & Urt, 2006).

Nesse sentido, surge o aluno-problema, aquele que não aprende no ritmo e nem nos moldes estabelecidos pela escola. Essa criança torna-se o foco da parceria psicologia e educação, uma vez que se faz necessário avaliá-la, diagnosticá-la e tratá-la, pois assume-se que alguma desordem ou





transtorno no indivíduo o esteja conduzindo aos problemas que ele apresenta na escola (Lima, 2006).

Um discurso pautado nas ciências naturais, especialmente na biologia e na medicina, irá permear as práticas de ciências como a psicologia e a pedagogia, cujo intuito é elevar o seu status científico.

Tendo em vista esses aspectos, esse trabalho tem como objetivo contextualizar a articulação entre psicologia e educação e analisar a relação dessa interface com o contexto neoliberal e as práticas educativas.

## Fundamentação Teórica

A concepção teórica deste trabalho se fundamenta especialmente nos trabalhos de autores da educação, como Newton Duarte, Frigotto e Saviani, além de autores da psicologia que desenvolvem trabalhos na interface psicologia e educação, como Patto.

Para Saviani (2011), o homem se torna homem a partir do trabalho educativo, sendo que a escola é a instituição responsável pela transmissão do saber científico, objetivo, sistematicamente produzido ao longo da história. Com isso, o autor destaca o papel do professor como mediador dos conhecimentos e, portanto, o papel fundamental do ensino no desenvolvimento humano.

Apesar disso, a educação vem apresentando um interesse mais voltado para os aspectos da aprendizagem, conforme os desenvolvimentos que ocorreram durante o movimento escolanovista. Nesse sentido, o objetivo passou a ser a capacidade do aluno de aprender, enquanto a função do ensino ficou em segundo plano (Duarte, 2011).

Essa mudança de paradigma coloca o foco no indivíduo, portanto seu sucesso ou fracasso tornam-se sua responsabilidade. Proatividade e adaptação são os termos que definem esse sujeito, de modo que a escola passa a ter a função de formar uma pessoa com tais características. De acordo com Frigotto (2010a; 2010b), esses objetivos apontam para o uso ideológico da educação

com fins econômicos, no intuito de selecionar os mais capazes e produzir um indivíduo que atenda de modo eficaz as necessidades de produção do modelo capitalista.<sup>1</sup>

A psicologia se insere nesse contexto a partir do uso de instrumentos de medida que visam contribuir para seleção dos mais aptos. Além disso, a educação se serve da psicologia para diagnosticar supostas causas dos problemas de aprendizagem e encaminhar esses indivíduos para tratamento, uma vez que não correspondem às performances esperadas pela escola. Assim, psicologia e educação se vinculam a partir de uma perspectiva individualizante e biologicista do sujeito (Patto, 1999).

Como ressalta Patto (1997), todo conhecimento sobre a realidade humana está comprometido com uma ideologia que, ao se deter apenas em fragmentos dessa realidade, oculta os determinantes mais amplos que poderiam apontar para as falhas no sistema social, político e econômico e para uma visão crítica e contextualizada do objeto.

## Metodologia

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado realizada nos anos de 2019-2020 na Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (UFG/UFJ) que teve como objetivo realizar uma análise crítica do objeto (o discurso sobre os laudos na educação), apontando para os interesses econômicos envolvidos no âmbito da inclusão no contexto da sociedade neoliberal. Para compor essa análise, foi feita uma revisão bibliográfica acerca da relação Psicologia e Educação visando compreender como se deu o início dessa interface e o uso ideológico dessas ciências como suporte para a construção de um indivíduo nos moldes do neoliberalismo.

Portanto, este artigo trata-se de um estudo teórico amparado em uma abordagem qualitativa a qual leva em conta a

<sup>1</sup>Tais aspectos das políticas educacionais foram discutidos em outro artigo (Castro & Vilela-Ribeiro, 2020).





subjetividade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, visando analisar fenômenos e seus significados (Silva & Menezes, 2005).

## Discussão

### Os problemas escolares e a psiquiatria

Bautheney (2011) demonstra a aproximação entre psiquiatria e educação ao longo da história. Percebe-se a constituição de um campo médico que se dedica às psicopatologias da criança e do adolescente, qual seja, a psiquiatria infantil, a partir da qual seria possível buscar as causas para os problemas apresentados na infância, dentre eles, as dificuldades escolares.

Baseado em princípios de higiene mental, o “mau comportamento” das crianças deveria ser investigado em suas causas que poderiam ser físicas, emocionais, intelectuais, dentre outras. Tais crianças deveriam ser encaminhadas e tratadas, sendo o professor aquele que estaria apto a reconhecer esses “desvios” e assim identificar os alunos que deveriam ser tratados (Bautheney, 2011).

O retardo mental estava entre os diagnósticos que explicavam as dificuldades de aprendizagem e a partir de 1950 aumentaram as pesquisas que apontavam LSM (Lesão Cerebral Mínima – lesão no cérebro que não poderia ser clinicamente detectada) e DSM (Disfunção Cerebral Mínima – também não apresenta lesão, apenas funcionamento diferente do usual) como causas do fracasso escolar, se tornando principal motivo de encaminhamento de crianças mais pobres. De acordo com a autora, foram esses conceitos que deram origem aos atuais diagnósticos de disgrafia, dislexia e discalculia (Bautheney, 2011).

A autora ainda ressalta que o termo transtorno de aprendizagem engloba as diferentes possibilidades causais dos chamados transtornos de aprendizagem: tanto aspectos emocionais, intelectuais, comportamentais ou mesmo orgânicos.

Para Patto (1999), a suposição era de que os problemas que os alunos

apresentavam na escola tinham sua origem nos distúrbios desenvolvidos fora dela. Assim, as explicações para tais dificuldades de aprendizagem articularam-se inicialmente em dois campos da ciência: biologia e medicina. Partindo de uma visão organicista, e também imbuídos de uma ideologia racista e elitista, visavam compreender as aptidões humanas. Por outro lado, a psicologia e a pedagogia buscam dar atenção também aos aspectos ambientais, se alinhando melhor a uma perspectiva liberal-democrática.

É no campo médico que essas dificuldades de aprendizagem serão tratadas no fim do século XVIII e XIX, especialmente com o avanço da psiquiatria e da neurologia o conceito de anormalidade passa a ser utilizado no âmbito escolar para descrever as crianças cuja aprendizagem não acompanhava o ritmo esperado pela escola, o que tornava necessária a busca pelas causas dessa “anormalidade” que, até então, se acreditava orgânica (Patto, 1999).

Posteriormente, uma vertente com aspecto mais psicopedagógico se apresentou. A partir do desenvolvimento de uma psicologia diferencial que teve como principais expoentes Binet e Claparède, buscava-se mensurar as capacidades individuais a partir de testes de aptidão – sendo essa caracterizada como uma predisposição natural (Patto, 1999).

Essa concepção biologicista das características e aptidões humanas, passíveis de serem medidas em testes para fins de segregação, irá marcar a noção de criança-problema a ser discutida no próximo tópico.

### A noção de “criança-problema”

Tornou-se um discurso presente nas escolas a questão da presença de alunos com supostas dificuldades de aprendizagem. Além disso, proliferaram-se as queixas sobre o comportamento dos alunos, ou seja, nos dois casos, há problemas de adaptação dos alunos ao que se espera deles na escola. Lima





(2006), ao analisar a criança-problema numa perspectiva foucaultiana, aponta que assim pode-se “compreender como foi possível associar os discursos sobre a importância do conhecimento das individualidades infantis e o respeito às tendências naturais do aluno ao controle cada vez mais sofisticado da conduta das crianças na escola” (Lima, 2006, p. 128).

De acordo com a autora, a identidade da criança se constrói em sua relação com a população mais ampla com a qual está em contato durante seu período escolar. Nesse processo, a nota é um dos aspectos dessa construção, pois coloca cada criança em uma determinada posição em relação aos demais (“normal, subnormal, supernormal” p. 129), de modo que sua identidade sofre a interferência de padrões estabelecidos externamente (Lima, 2006).

Por isso, a autora faz sua análise a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, que se refere à internalização de ideias como algo de ordem natural, no entanto essa naturalização produz efeitos na sociedade. Com isso, é possível questionar esse processo de naturalização, que leva ao estabelecimento de critérios de normalidade que se fundam numa concepção de verdade, o que cria um jogo de inclusão-exclusão a partir da dicotomia entre normal e anormal (Lima, 2006).

Entre 1930 e 1960 os textos indicavam o mau comportamento da criança como um problema individual resultante de algum transtorno presente na criança. Supunha-se que esse transtorno apresentava duas possibilidades de causa: causa biológica ou ambiental (condições do ambiente familiar da criança). Caberia, então, ao professor identificar essas crianças ditas com dificuldades e fazer o encaminhamento a um profissional (médico, psicologista) que pudesse fazer o diagnóstico e intervir para resolução do problema em questão, pois em situações de causa ambiental acreditava-se na recuperação da criança por meio de

orientações educacionais à criança, aos pais e aos professores (Lima, 2006).

A partir dos textos do médico Arthur Ramos (1939), a criança-problema passou a ser analisada a partir de um certo viés do discurso psicanalítico e o autor postula que os problemas da criança têm sua origem na família desajustada. O termo criança-problema substituiu “criança anormal”, já que considerava a situação da criança menos grave pelo fato da causa do problema ser ambiental e, portanto, curável. Nesse sentido, o espectro de crianças-problema aumentou consideravelmente, uma vez que muitas crianças podiam em algum momento apresentar problemas de ordem psicossocial. O trabalho do médico se baseava na ideia de prevenção por meio de intervenções no ambiente doméstico (Lima, 2006).

A respeito da função da escola Ramos (1939) declara:

A escola completará a obra, procurando compreender a criança, não como uma entidade isolada, portadora de ‘vícios hereditários’, de ‘constituições delinquentiais’ e outras coisas cerebrinas, mas como um ser vacilante, afetivo, em formação, no meio de constelações afetivas dos adultos (p. 125).

Ramos (1939) deu ênfase aos aspectos ambientais, mostrando que os problemas enfrentados pelos alunos estavam relacionados às condições sociais e familiares adversas vivenciadas por eles. Ele também criticou o uso de testes para medir as dificuldades das crianças, já que considerava tais dificuldades como resultado de aspectos mais complexos (Lima, 2006). Por isso o autor também se destacou no âmbito da psicologia social. Por outro lado, as ideias do autor contribuíram para uma ampliação da patologização infantil.

É necessário pontuar, ainda, que a perspectiva psicanalítica se afasta de seus postulados na medida em que a psicanálise não coaduna com uma proposta de adaptação dos sujeitos, de modelação do caráter, como proposto por Ramos (1939) através de uma educação de base psicanalítica para todos e





com fins profiláticos. Dessa forma, um tipo de controle mais severo passa a ser exercido, o controle da vida familiar, dos pensamentos, dos aspectos íntimos da subjetividade, tudo em prol da prevenção da neurose (Lima, 2006). Assim, o foco de intervenção passa a ser o indivíduo e seu meio social imediato.

## **Psicologia, Escola Nova e Neoliberalismo**

O movimento escolanovista participou significativamente do aprofundamento da relação Pedagogia e Psicologia. Na busca por compreender o processo ensino-aprendizagem e, considerando que esse pressupõe o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e a formação do professor, a psicologia é eleita como área do saber que pode dar o suporte às ações pedagógicas (Antunes, 2005).

Buscando se adequar a uma perspectiva de ciência positivista, a Psicologia tenta se alinhar à metodologia das ciências naturais, elegendo o comportamento (porque este é observável) como seu objeto de estudo, “visando a adaptação de comportamentos e atitudes do homem ao modelo de sociedade proposto” (Motta & Urt, 2006, p. 2). Assim, a pedagogia vai buscar nesta psicologia aplicada elementos que reforcem seu caráter científico (considerando a perspectiva positivista que dominava espírito científico da época), o que fica evidenciado mais fortemente nas teorias pedagógicas do Movimento Escola Nova. É por meio de uma psicologia com uma concepção liberal de homem que precursores do movimento Escola Nova no Brasil reforçarão suas ideias a partir da década de 1930 (Motta & Urt, 2006).

Seguindo uma concepção funcionalista, a psicologia preocupa-se em ser prática, moldando o comportamento do homem de forma útil à vida, adaptando-o. Nota-se que esse viés adaptativo da psicologia está focado na seleção dos indivíduos, na avaliação das aptidões por meio da aplicação de testes, voltado para uma atuação prática dos profissionais, que passam

a fornecer um diagnóstico. Essa perspectiva coaduna com uma vertente psicológica influenciada pelo pragmatismo, que visa uma psicologia aplicada a qual se aproxime mais dos métodos das ciências naturais. Apropriando-se dessa tendência pragmática, o lema escolanovista proposto por John Dewey é: aprender fazendo. Assim, a psicologia é convocada para instrumentalizar a pedagogia reforçando a concepção das diferenças individuais, de avaliação e de seleção dos indivíduos mais capazes; busca por comportamentos mais adaptativos, por meio do uso de instrumentos psicométricos. Nota-se, nessas práticas, uma estreita vinculação aos anseios do mercado de trabalho, nos moldes do capitalismo (Lemos, 2015; Antunes, 2005).

Nesse sentido, a produção de laudos na psicologia, que se dá a partir do uso desses instrumentos psicométricos (testes psicológicos), quando utilizados no contexto escolar, visam a identificar e diagnosticar o “problema” apresentado pela criança que seria a causa de sua suposta não-aprendizagem. Durante o movimento escolanovista, esse conhecimento advindo dos testes torna-se um meio para segregação a partir da qual buscava-se homogeneizar o ensino por meio da adaptação da criança. Esse cenário privilegiava a aplicação de métodos que supostamente tornariam a aprendizagem das crianças mais homogênea; o foco era a estimulação da criança e a individualização dos processos, colocando o foco no aluno e sua aprendizagem em detrimento dos processos de ensino.

Em sua análise, Duarte (2001) demonstra que a concepção das pedagogias do “aprender a aprender” (assim o autor denominou as pedagogias decorrentes do movimento escolanovista) possui um caráter adaptativo que visa preparar os indivíduos para um mercado competitivo e para desenvolvimento de ações voltadas para atender as demandas da sociedade capitalista.





De acordo com Lemos (2015), o movimento escolanovista se coloca como a solução para o desenvolvimento de uma educação que corresponda às demandas de uma nova sociedade industrializada e capitalista à qual a educação tradicional não se adequa mais. Por meio da ênfase nas diferenças individuais essa proposta pedagógica coloca seu foco nas motivações e interesses da criança para aprender, ou seja, a aprendizagem parte das aptidões naturais do indivíduo.

Lima (2006) aponta que a Escola Nova buscava a ação autônoma da criança, que essa pudesse agir com liberdade no espaço controlado da escola, expressando sua identidade e descobrindo e desenvolvendo seu potencial. Acreditava no desenvolvimento das individualidades a partir das tendências naturais de cada criança. Esse discurso cria, ao contrário, um controle maior dos comportamentos infantis através da identificação da criança-problema e da busca de meios para solução de seus desajustes.

Além disso, a Escola Nova, apesar de um discurso aparentemente democrático, na prática consegue aumentar as desigualdades e aprofundar o fosso existente na educação brasileira por desconsiderar os aspectos sócio-históricos e econômicos na constituição das diferenças individuais. Com a naturalização e a legitimação das diferenças abandona a busca por igualdade, produzindo uma melhoria do ensino apenas para aqueles que já vinham de uma origem privilegiada, ou seja, as elites (Saviani, 1999).

Duarte (2001) também ressalta que uma educação que valoriza os interesses da criança, em detrimento da transmissão de conhecimentos feita pelo professor, não se apresenta como democrática, pois não supera as desigualdades, uma vez que não há formalização dos conhecimentos científicos que deveriam ser acessíveis a todos.

Charlot (2013) aponta que a psicologia da criança não pode definir os objetivos da educação, uma vez que esta deveria possuir

fins sociais de classe. Embora seja importante considerar os ritmos de desenvolvimento de cada criança, é necessário lembrar que esse desenvolvimento se dá dentro de um contexto permeado de desigualdades sociais. Por isso o autor considera ideológico o discurso de “respeito aos ritmos de desenvolvimento” o qual camufla as condições sociais desiguais às quais as crianças estão submetidas.

Nessa perspectiva, a lógica do desenvolvimento apresenta-se vinculada à ideia de ritmo, idade e desempenho, de modo que esses três elementos deveriam estar sempre em consonância. Essa noção limita o desenvolvimento aos seus aspectos performáticos, desconsiderando demais fatores que compõem o desenvolvimento humano (Facci et al., 2007).

Para Voltolini (2011), o desenvolvimento é uma noção ligada ao ciclo da vida e seus dinamismos, enquanto que a educação deveria colocar o seu foco em preparar a criança para o mundo e suas vicissitudes. O autor defende que a educação é um processo de formação de uma condição humana e “não representa o desabrochar de tendências inerentes a uma suposta natureza humana” (p.49), como a concepção escolanovista tenta afirmar por meio do discurso do desenvolvimento de habilidades e competências.

Para Duarte (2011), tanto o escolanovismo como o construtivismo caracterizam-se por uma mesma linha de pensamento segundo a qual o aluno é quem constrói seu próprio conhecimento a partir de uma postura ativa. Para o autor, essa seria uma das características marcantes do neoliberalismo, já que “A meta é a formação de um indivíduo preparado para a constante adaptação às demandas do processo de reprodução do capital” (p. 74).

O autor considera que há uma estreita relação entre construtivismo e a escola nova, cujo lema “aprender a aprender” seria a





grande proposta educacional contemporânea. O autor demonstra, por meio de recortes do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a presença desse movimento ideológico nos documentos nacionais:

Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidades de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. Isso coloca novas demandas para a escola. A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente (Brasil, 1997, p. 34-35).

Para Duarte (2011):

Essa passagem estabelece com clareza as relações entre construtivismo e “aprender a aprender” e o discurso sobre a necessidade de formar um indivíduo capaz de constantemente readaptar-se ao mercado de trabalho em constante mutação. Tudo isso articulado à concepção de que estaríamos vivendo numa sociedade onde o insucesso ou sucesso de indivíduos, empresas e instituições depende basicamente da maior ou menor capacidade de buscar conhecimentos e informações com rapidez e saber utilizá-los com criatividade, adaptando-se a novos ritmos e processos, dominando as novas tecnologias e linguagens, em suma, adaptando-se a um novo tipo de sociedade que estaria surgindo, caracterizado por um novo tipo de relações entre conhecimento e trabalho (p. 75).

Considera-se o trecho acima citado muito importante, na medida em que descreve as características do discurso neoliberal, o qual tenta promover essa concepção de sociedade em transformação e que, por isso, necessitaria de um novo modelo de educação. Como discutido no primeiro capítulo, o neoliberalismo traz em seu discurso de inovação apenas novas maneiras de camuflar as desigualdades, manter o *status quo* e a dominação das elites.

Além disso, o neoliberalismo parte de um discurso individualizante o qual explica as questões sociais como resultado de ações individuais, promovendo uma naturalização dos processos sociais. De acordo com Duarte (2011), possivelmente, a força que o lema “aprender a aprender” conquistou, se deve

justamente a sua vinculação ao discurso neoliberal vigente. A noção de conhecimento como uma função adaptativa é apontada pelo autor como uma das características do pensamento pós-moderno que é cooptada pelo neoliberalismo, sendo que a adaptação é um dos focos do escolanovismo com sua proposta de formação de um sujeito adaptável. Assim, o movimento da Escola Nova consegue ganhar destaque no cenário do discurso pós-moderno.

Considerando esse contexto em que pedagogia, psicologia e neoliberalismo se unem em um discurso naturalizante e biologizante dos processos sociais e colocam o foco na adaptação dos indivíduos, Charlot (2013) destaca que o real papel da psicologia seria iluminar a tradução dos objetivos sociais da educação em termos pedagógicos. Ao contrário da proposta escolanovista, que baseia seu discurso e seus objetivos educacionais no respeito às diferenças e aos ritmos de desenvolvimento, a partir dos quais a educação seria mais efetiva. No entanto, como Charlot (2013) observa, a desigualdade na educação não diminuiu, havendo maior percentual de repetência entre os filhos da classe trabalhadora (chegando a 73%) do que entre filhos de executivos (24%), e ainda segue em torno de 25% a repetência no primeiro ano de Ensino Primário.

Frigotto (2010c), ao fazer um balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI, observa que, embora houve avanços importantes, por exemplo, nas políticas assistenciais, na distribuição de renda e na criação de novas universidades e institutos federais, não houve, neste período, uma disputa por mudança na concepção pedagógica, prevalecendo o ideário produtivista e mercantilista da educação característico do movimento escolanovista. De acordo com o autor, a educação não pode estar desvinculada de um projeto societário que vise uma alteração das relações sociais dominantes.





## Conclusão

Este trabalho buscou contextualizar a relação psicologia e educação e fazer apontamentos sobre o uso ideológico dessas ciências no contexto neoliberal.

Observou-se que a vinculação de ambas se deu em um período de grande valorização das ciências naturais, aquelas que poderiam ser aplicadas, experimentadas (Positivismo). Sendo assim, a psicologia e a educação tornaram-se aliadas na compreensão do aluno-problema; a psicologia desenvolveu técnicas e instrumentos que passaram a ser utilizados nas escolas com as crianças.

A partir disso, o movimento escolanovista, com o lema “aprender a aprender”, desenvolve uma nova proposta educacional focada no indivíduo e sua capacidade de aprender, deixando o ensino relegado a segundo plano. O novo modelo visa construir um indivíduo adaptável, proativo, com competências e habilidades para atuar em um mercado de trabalho competitivo e que visa produtividade e lucro. Nessa perspectiva, o sujeito é responsável por seu sucesso ou fracasso, uma vez que cabe a ele mesmo buscar sua aprendizagem.

Desse modo, percebe-se que a proposta de educação calcada no ideário neoliberal e no movimento Escola Nova produziu uma escola “nova” para atender às demandas do mercado de trabalho capitalista, mas não produziu nada novo para a classe trabalhadora, uma vez que tal modelo naturaliza as desigualdades sociais presentes na escola brasileira e mantém a divisão de classes característica da sociedade capitalista. Torna-se um desafio transformar a escola e promover uma educação que seja, de fato, nova sem que haja mudanças no âmbito maior na sociedade por meio de uma transformação no campo ideológico.

A psicologia e a educação devem pautar seu olhar sobre o humano considerando seu compromisso social e buscando questionar discursos naturalizados na sociedade. É preciso considerar as questões

sociais, econômicas e políticas que perpassam as dificuldades apresentadas no âmbito escolar, pois, somente dessa forma, o comportamento das crianças nas escolas poderá ser entendido sob uma nova perspectiva.

## Referências

- Antunes, M. A. M. (2005). *A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição*. 5ª ed. São Paulo: Educ. <https://docero.com.br/doc/ncce1e1>
- Bautheney, K. C. S. F. (2011). *Transtornos de aprendizagem: quando "ir mal na escola" torna-se um problema médico e/ou psicológico*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13122011-124145/>
- Brasil. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução*. Brasília. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro01.pdf>
- Charlot, B. (2013). *A mistificação pedagógica: Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez.
- Duarte, N. (2001). As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*, (18), 35-40.
- Duarte, N. (2011). Vigotski e o “aprender a aprender”: *Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 5ª ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados.
- Facci, M. G. D. et al. (2007). *Psicologia Histórico-Cultural e Avaliação Psicológica: O processo ensino aprendizagem em questão*. *Revista Semestral da Associação Brasileira de*





- Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 11(2), 323-338.
- Frigotto, G. (2010a). Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G. (2010b). A produtividade da escola improdutiva: *Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista*. 9 ed. São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G. (2010c). *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Conferência de Abertura da 33ª Reunião da ANPEd, Caxambu-MG. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>
- Lemos, A. G. S. (2015). *A psicologia nas reformas educacionais da década de 1920*. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC – Florianópolis. <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT20-3769.pdf>
- Lima, A. L. G. (2006). A “criança-problema” e o governo da família. *Estilos da Clínica*, 11(21), 126-149.
- Motta, M. A., & Urt, S. C. (2006). Psicologia e educação no movimento da escola nova: *Um estudo sobre as concepções de sujeito*. Comunicação apresentada no VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - Histedbr, Unicamp, Campinas. <https://pt.scribd.com/document/377263259/PSICOLOGIA-E-EDUCACAO-NO-MOVIMENTO-DA-ESCOLA-NOVA-pdf>
- Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8(1). [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641997000100004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641997000100004&script=sci_arttext).
- Patto, M. H. S. (1999). A produção do fracasso escolar: *Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Ramos, A. (1939). *A criança problema: A higiene mental na escola primária*. Atualidades Pedagógicas, 37. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.
- Saviani, D. (1999). *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Saviani, D. (2011). *Pedagogia-histórico-crítica: Primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC.
- Voltolini, R. (2011). *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro: Zahar. (Passo-a-passo, 93). <https://livrosdeamor.com.br/download/rinaldo-voltolini-educao-e-psicanalise-5cca6b5f90c80?hash=6227f6a80cf9a2b01edca9d3b1f84d7b>